

PM só entregou gravação de 7 de 16 mortes no litoral de SP



Policiais militares durante ação na Vila Baiana, em Guarujá, onde suspeito foi morto. Danilo Velloso - 31 Jul 23 / F104pazca

Menos da metade das mortes por PM no litoral tem imagem

Ministério Público recebeu gravações de 7 dos 16 óbitos em Guarujá e Santos

Paulo Eduardo Dias e Lucas Lacerda

SÃO PAULO Menos metade das ações policiais que resultaram nas mortes contabilizadas oficialmente na Operação Escudo, no litoral paulista, tem imagens de câmeras corporais disponíveis.

Segundo a SSP (Secretaria de Segurança Pública), das 16 ocorrências letais, seis envolveram policiais de batalhões que não dispõem de equipamento. Além disso, em outros três casos houve falhas nas câmeras ou na decodificação desses arquivos. Portanto, até o momento, não há gravações em 9 das 16 situações.

Imagens captadas de sete ocorrências foram enviadas ao Ministério Público. A Promotoria confirmou o recebimento dos registros e disse aguardar o envio de outros dados solicitados à Polícia Militar, que segundo o órgão, tem contribuído com as investigações.

A informação que apenas sete dos casos têm imagens disponíveis foi publicada inicialmente pela rede de TV CNN e depois confirmada pela SSP. Segundo o coronel da PM Pedro Lopes, o Ministério Público tem acesso em tempo real às imagens, mas a corporação também atendeu aos pedidos que foram feitos.

"Todas as requisições do MP [Ministério Público] foram atendidas", afirmou chefe de assessoria militar da SSP do governo Tarcísio de Freitas (Republicanos).

Mortes em Guarujá e Santos

■ Policial morto

■ Cíveis mortos



Data	Hora	Local	Data	Hora	Local
27 Jul	22h30	av. da Saúde, 1	30 Jul	17h25	Vila sem nome
		Soldado Patrick Reis, da Rota	31 Jul	14h20	r. Botafogo
28 Jul	13h20	r. Albino M. Nabeto, 73	31 Jul	15h10	av. Bento Pedro da Costa, 1
28 Jul	19h33	r. das Figueiras, 109	31 Jul	20h30	travessa 33
28 Jul	22h52	r. Mario Malheiros, 1	31 Jul	20h30	travessa 33
29 Jul	19h15	r. Bartolomeu de Gusmão, 85	1º ago	9h	r. Otto
29 Jul	20h10	r. Quatro	1º ago	9h53	r. Mário dos Santos Dias, 20
29 Jul	20h25	r. Operária, 175	1º ago	10h45	r. Eng. José Garcia da Silveira, 1
30 Jul	7h40	av. Brasil, 1	2 ago	5h50	r. Três, 4.416

Fontes: Dados cartográficos ©2023 Google e Polícia Civil

"Tenho notícia de que em uma ocorrência dessas uma das câmeras estava sem bateria no momento", afirmou, sem dar mais detalhes do problema. "Se estava funcionando plenamente no confronto está sendo aparado em cada investigação. Não vou falar sobre isso porque seria leviano."

Sobre os outros casos em que as gravações não foram disponibilizadas à Promotoria, o coronel afirmou que há problemas técnicos que impedem a leitura. "Falamos no fim de semana com o MP sobre o protocolo, eles têm acesso ao link. Há, por conta de linguagem de informação, alguma que não foi devidamente lida."

Outras organizações públicas como o Ouvidoria da Polícia, a Defensoria Pública e o Condepe, entidade ligada à Secretaria da Justiça e Cidadania, ainda aguardam respostas sobre o pedido de acesso às gravações.

Segundo o advogado Cláudio Aparecido da Silva, ele possui respaldo legal para acompanhar a investigação através da condição de órgão de controle externo da atuação policial no estado através de uma lei de 1997. "Se a operação foi técnica, legislativa e contendo, qual a razão de não haver transparência? Por que a transparência também não é uma coisa que possa colaborar para que essa legalidade seja homologada?", disse Silva.

Quem também aponta falta de transparência em torno das câmeras é o presidente do Condepe, Dimitri Sales. "As denúncias do Condepe em relação ao uso das câmeras foram confirmadas. Os policiais, na sua grande maioria, não estavam utilizando as câmeras. A novidade, agora, é que eu estou questionando: qual o critério para saber se todas as câmeras estavam funcionando ou não?", afirmou.

Segundo Sales, a situação coloca a investigação sobre uma profunda suspeita. "É preciso que o Ministério Público imediatamente peça a imagem de todas as câmeras de segurança, para que possa trabalhar sobre elas e não ficar na mão da Polícia Militar e da Secretaria de Segurança

Pública", afirmou.

Em nota, a Defensoria Pública declarou que até o momento também não obteve resposta aos oficiais encaminhados na semana passada.

A Secretaria de Segurança Pública declarou que as imagens que são captadas pela câmera corporal ficam armazenadas em uma plataforma cujos acessos, respeitada a cadeia de custódia, são feitos pelas autoridades de Polícia Judiciária, Ministério Público e Judiciário.

A Polícia Militar de São Paulo adquiriu mais de 12 mil equipamentos, com uma abrangência de 52% das unidades policiais.

O governador Tarcísio chegou a defender a retirada das câmeras dos uniformes dos policiais durante a campanha eleitoral porque, segundo ele, limitaria a atuação dos oficiais. A medida foi uma das principais bandeiras na área de segurança pública da gestão anterior do então governador João Dória (sem partido).

Pouco antes das eleições, porém, Tarcísio reconheceu que iria ouvir especialistas sobre o assunto. Estudos apontam que a atualidade policial em batalhões que adotaram as câmeras.

Em pronunciamentos oficiais, Tarcísio defendeu o trabalho policial na Baixada Santista e negou acusações de que houve abuso durante a operação. Segundo o governador, as críticas são narrativas. "Toca sempre essa narrativa de que há excesso. Vai ver quem toca. O líder do PCC morreu nessa confusão. O principal fornecedor de drogas da banda. E por quê? Como que recebeu os policiais?", disse o governador na terça-feira (7).

A pasta de segurança ainda declarou que as câmeras ajudam a compor o conjunto probatório de inquéritos de morte por intervenção policial e não são o único elemento, em que se junta a perícia, oitiva de testemunhas e coleta de provas diversas.

As mortes da Operação Escudo ocorreram em apostos confrontos entre policiais militares e criminosos entre os dias 28 de julho e 2 de agosto.

A operação na Baixada Santista teve início após o assassinato do soldado da Rota, Patrick Bastos Reis, 30. O policial foi atingido por um tiro na noite de 27 de julho na Vila Zilda, periferia de Guarujá. Três homens foram presos e indiciados sob suspeita do homicídio.

Uma das 16 pessoas que morreram durante a operação foi enterrada como indígena. Segundo a SSP, a Polícia Científica não obteve êxito em sua identificação.

O sepultamento foi realizado com base em portaria da Polícia Civil de 1992, que autoriza o enterro de pessoas não identificadas após o prazo de 72 horas da chegada ao IML. Segundo a Prefeitura de Guarujá, uma pessoa desconhecida foi enterrada no dia 3 de agosto no cemitério de Morrinhos.

“As denúncias do Condepe em relação ao uso das câmeras foram confirmadas. Os policiais, na sua grande maioria, não estavam utilizando as câmeras”
Dimitri Sales presidente do Condepe

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Cotidiano Caderno: B Pagina: 1